

Governador diz que reajuste para a polícia depende de arrecadação

Valorização de salários será definida no meio do ano quando a performance da economia e dos impostos já for conhecida - Fabiano Nunes - DIÁRIO SP

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse nesta segunda que a valorização salarial da Polícia Civil depende da arrecadação orçamentária do estado. Mas, segundo apuração do DIÁRIO, o reajuste para a categoria deve ser anunciado entre junho e julho. "Nós temos, sim, disposição de valorizar em termos salariais a Polícia Civil. Nós vamos fazer isso", disse o governador.

Alckmin ponderou que ainda é cedo para falar em valores e que a fórmula do reajuste depende de uma equação financeira. "Agora, não dá para fazer com sessenta dias de governo e nem tendo ainda, com mais clareza, como será a arrecadação esse ano", disse o governador. "Então, eu acredito que em mais alguns meses nós teremos mais segurança quanto à arrecadação, à possibilidade de superávit orçamentário, que nos permita dar o reajuste."

O salário inicial de delegados em São Paulo é de R\$ 5.810,30, em cidades com mais de 500 mil habitantes, e de R\$ 5.495,30 nos municípios com até 500 mil. No entanto, o salário médio da carreira de delegados é de R\$ 9.239,00, e a média na Classe Especial, o topo da carreira de delegados, é de R\$ 12.600,00. A categoria anunciou intenção de entrar em greve a partir de abril caso o governo não apresente uma proposta oficial de reajuste.

A presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil do Estado (Adpesp), Marilda Pinheiro, diz que a categoria vai reivindicar um salário inicial de R\$ 14 mil em reunião com a Secretaria de Segurança Pública (SSP). "Nós queremos a equiparação de salários com a Polícia Federal, já que exercemos a mesma função deles. Vamos negociar. Esse aumento pode ser diluído nos próximos anos", comentou.

O governador disse que não há como falar apenas em um nível de salário. "Eu vejo muito utilizado o salário inicial (para comparar os ganhos com delegados de outros estados). Mas é bom lembrar que o salário médio do delegado em São Paulo é de R\$ 9 mil", comparou. Ele, porém, concorda que é preciso valorizar o salário inicial.

Mas a negociação não será fácil. O Sindicato dos Delegados de São Paulo diz que pretende pedir uma reposição salarial para os últimos 15 anos. "Calculamos um aumento de 65% levando como base a Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, que é o indexador oficial do governo", explicou o presidente do sindicato, George Melão. A SSP diz que já começou a se reunir com as entidades para negociar as reivindicações da categoria.

Alckmin disse ainda que a intenção é investir em mais recursos humanos para delegados, investigadores e escrivães. "Vamos liberar os policiais que estão no Detran. Depois vamos investir em equipamento, informatização e tecnologia." O governador disse que também já autorizou a reforma das delegacias. "E, nos prédios alugados que estiverem em más condições, podemos procurar novas instalações", disse.



foto: Diário SP (16.10.2008)

Greve da Polícia Civil em 2008: para que a mesma cena não volte a se repetir este ano governo deve anunciar reajuste no primeiro semestre

Em razão dos baixos salários, SP perde delegados para outros estados

Com um salário inicial entre os mais baixos do país, São Paulo perde delegados para outros estados ao mesmo tempo em que três entre dez cidades paulistas não têm titulares nas delegacias. As informações são do Diário de S. Paulo do último sábado, 12 de março.

Procura-se delegado, mas a remuneração não é das melhores. Esse poderia ser o texto do edital do próximo concurso para delegados em São Paulo, anunciado na quinta-feira pelo governador Geraldo Alckmin. O salário inicial é dos mais baixos no país.

Em Brasília, um delegado recém-aprovado em concurso ganha R\$ 13 mil. Em São Paulo, esse valor é de R\$ 5.500 em cidades pequenas e de R\$ 5.800 na capital. Entre os 27 estados do país, o salário inicial do delegado paulista é o penúltimo.

Resultado: migração de policiais para outros estados. Dos 194 aprovados no concurso de 2009, 31 já pediram exoneração para atuar em outros estados. Enquanto isso, três em cada dez municípios paulistas não têm delegados.

Não são apenas os delegados que migram para outros estados. O investigador José Porfírio Dessa, de 57 anos, que durante sete anos trabalhou no Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) em São Paulo, passou em um concurso para delegado da corregedoria no Espírito Santo no início da década de 1990. "A polícia de São Paulo tem uma das melhores infraestruturas do país, mas o salário é péssimo. Não havia perspectiva de crescimento. Por isso, me mudei para cá", conta Dessa.

Para Aloísio de Toledo César, desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo, a perda de inteligência policial precisa ser estancada.

"É uma vergonha comparar quanto ganha o delegado de São Paulo com outros estados. Roraima e Amapá, que são mais pobres, pagam mais. Isso desmotiva a categoria", afirma César.

Acúmulo de funções

Outro problema é o acúmulo de funções. No interior, 31% dos municípios estão sem titulares. "Há delegados que respondem por quatro cidades. Atualmente, já temos um déficit de cerca de 200 profissionais", diz George Melão, presidente do Sindicato dos Delegados de São Paulo (Sindpesp).

Segundo ele, os estados que mais absorvem profissionais de São Paulo são Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro. "Outros largam a profissão e prestam concursos para procurador, juiz ou delegado da Polícia Federal."

O governo do estado reconhece a falta de profissionais e anunciou novo concurso para selecionar 130 delegados. A decisão foi tomada durante reunião do governador com o secretário de Segurança Pública, Antonio Ferreira Pinto.

Os novos delegados podem levar até dois anos para assumir os cargos. "Esse é o tempo mínimo para a formação. Com isso, em 2013, outros delegados vão estar aposentados. Estamos atrasados na reposição de cargos", critica o sindicalista.

Na última sexta-feira, o sindicato realizou uma assembleia para definir a pauta da reivindicação salarial para 2011. "Queremos igualar o salário inicial ao piso do delegado federal, que é de R\$ 14 mil", conta o presidente do sindicato.

Palavra da PRESIDENTE



Edição 02 - Março de 2011

Alckmin reafirma compromisso com Adpesp

Negociações com o Governo

Estive no último dia 17, uma quinta-feira, no Palácio dos Bandeirantes. Fui recebida pelo próprio Governador. Não foi uma reunião fácil de conseguir. Batalhamos muito para que ela acontecesse, afinal, seria a conversa decisiva da Associação com o Governo, o pico da luta que temos travado todo esse tempo. Levamos nove itens ao Governador, assunto que pretendo discutir no próximo Informativo da Adpesp, com o objetivo de ressuscitar nosso almejado Projeto de Reestruturação.

Os resultados viriam na semana seguinte. Primeiramente, gostaria de esclarecer que não partiu da Adpesp a sugestão do fechamento de delegacias em cidades com menos de cinco mil habitantes. Quando o assunto entrou em pauta, foi colocado que, na verdade, essas cidades não teriam delegado titular, cabendo a colegas de cidades maiores o acúmulo de funções.

Interessou-nos, uma vez que se tratava de uma proposta, considerando o GAT como fator de discussão, vantajosa para 163 colegas. É interessante esclarecer, também, que o número de habitantes não foi o único segmento de estudo da proposta. O índice de criminalidade dos municípios também foi considerado, já que algumas cidades do grupo apresentam altos índices.

A informação divulgada pela Secretaria de Segurança, de que o fechamento teria sido uma sugestão nossa, foi equivocada e desautorizada pelo próprio Governador, que já afirmou que nenhuma delegacia será fechada.

A questão salarial também foi bastante discutida. Deixamos nosso desejo de que o salário da classe seja equiparado ao da Polícia Federal em quatro anos. Até lá, a luta é longa!

Sobre nossa sede

Gostaria de retificar, ainda, que o restaurante da Adpesp será fechado do dia 2 de abril até o dia 12 de maio. Precisamos adequar as instalações às normas sanitárias vigentes no estado. Uma hora, ou outra, teria que acontecer. Aproveitamos o momento para debater reformas



Da esquerda para direita: Julio Semeghini (Secretário de Gestão Pública de São Paulo), Cleber Pinha Alonso (Diretor da Adpesp), Marilda Pansonato Pinheiro (Presidente da Adpesp), Geraldo Alckmin (Governador de São Paulo), Abel Fernando Paes Barros Cortez (Tesoureiro da Adpesp), Alan Bazalza Lopes (Secretário Geral da Adpesp), Antonio Ferreira Pinto (Secretário de Segurança Pública), Marcos Carneiro Lima (Delegado-Geral de Polícia Civil de São Paulo), e Sidney Beraldo (Secretário da Casa Civil).

estruturais que transformarão o restaurante em um lugar ainda mais acolhedor e preparado para as noites temáticas, por exemplo. Vai valer a espera, e vou contando para vocês como andam as coisas por lá, ao longo dos informativos.

Bom, na próxima edição, conversaremos um pouco mais sobre os nove itens que citei no começo do texto e sobre algumas ações que estão sendo ajuizadas pelo nosso departamento jurídico. Também vou acompanhar a reforma do restaurante de perto.

Vantagem ao associado

Para finalizar, quero informar que estamos fechando uma parceria com a Drogasil. Aguardem mais informações! Até lá!
Marilda Pansonato Pinheiro

ADPESP - ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Site: www.adpesp.org.br

Dúvidas críticas e sugestões podem ser enviadas pelo e-mail: imprensa@adpesp.com.br

Av. Ipiranga, 919, 11 andar, São Paulo - CEP 01039-902

Acompanha a ADPESP nas redes sociais



09/03/2011 - Procura-se delegado em um terço das cidades paulistas

Em 206 municípios, policial comparece apenas duas vezes por semana



Dados são da Associação dos Delegados de Polícia de SP; Estado tem 3.413 vagas, 223 continuam sem ser preenchidas.

Um terço das cidades paulistas não tem delegados titulares. Isso significa que 206 (31,9%), dos 645 municípios do Estado, só recebem a visita de delegados no máximo duas vezes por semana. A reportagem é da Folha de S. Paulo.

Na capital, as 93 delegacias possuem delegados titulares, mas em 16 delas não há delegados assistentes.

O levantamento foi realizado pela Associação dos Delegados de Polícia do Estado de SP, que diz que essa realidade "impossibilita uma correta investigação criminal".

Quase todas as cidades sem delegados titulares no Estado têm menos de 100 mil habitantes - a exceção é Indaiatuba (98 km de São Paulo), com 201 mil moradores.

A consequência é que, em muitos municípios, parte dos delegados acumula a função em duas ou mais cidades. A Folha encontrou um policial que acumula seis cargos em três cidades.

A Polícia Civil e a Secretaria da Segurança Pública admitem o problema, mas dizem que isso ocorre, em geral, em cidades com baixos índices de criminalidade.

No entanto, ao confrontar os dados da associação com as estatísticas da violência em 2010, nota-se que 131 desses 206 municípios tiveram aumento em ao menos um tipo de crime (homicídio, roubo e furto) em relação a 2009 - 49 delas viram o número de homicídios crescer.

"[A existência de cidades sem delegados] é a falência da segurança pública do país", afirma o ex-secretário nacional de Segurança Pública Ricardo Balestrieri.

ACÚMULO

O diretor da Associação dos Delegados Haroldo Chaud foi responsável, em 2010, por quatro unidades em três cidades. "É o bico oficial. Não é ilegal, mas é certo que compromete o trabalho de investigação", diz.

"Trabalho em três delegacias diferentes e assumo que não investigo os crimes como deveria. Fazemos um trabalho de "maquiagem" para que a população tenha uma sensação de segurança, mas na realidade não garantimos isso", afirmou à Folha um delegado, sob a condição de não ter seu nome revelado.

No Estado, há 3.413 vagas para delegados. Porém, diz o sindicato, só 3.190 estão ocupadas. A secretaria afirma que os últimos concursos deverão suprir essa demanda.

Na capital, além da ausência de 16 delegados assistentes, há 25 delegacias das zonas norte e leste que fecham suas portas durante a noite e aos finais de semana.

Ou seja, quem procura esses DPs durante esses períodos não recebe atendimento e é redirecionado para uma outra unidade da região.

O objetivo do projeto, conforme a secretaria, é ampliar as equipes durante o dia e fortalecer a investigação.

Esse esquema de plantão nos DPs surgiu em 2009, em caráter experimental, e não tem data para terminar.

OUTRO LADO

"População registra as ocorrências de casa", diz secretaria

De acordo com a pasta, acúmulo de funções não prejudica atendimento à população das cidades sem delegado titular

A assessoria da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo afirma que o acúmulo de funções dos delegados não prejudica o atendimento à população.

De acordo com a pasta, não é apenas o delegado que trabalha na unidade, mas uma equipe de policiais.

Durante a permanência da autoridade no município, ele orienta os policiais locais a atuar com eficiência no atendimento e sempre mantém contato por telefone com sua equipe, informa a pasta.

"Nem sempre o contato pessoal com o delegado é necessário. A população registra de casa, do trabalho ou de telecentros 20% dos boletins de ocorrências pela internet através da Delegacia Eletrônica", diz em nota a assessoria da secretaria.

A Delegacia Geral de Polícia é o órgão responsável pelos remanejamentos de policiais civis. Isso é feito de acordo com a análise técnica das necessidades apresentadas por cada um dos locais.

Esse estudo toma por base critérios objetivos, como população residente, população fluante e indicadores de criminalidade.

Ainda de acordo com a assessoria, a secretaria tem tomado medidas para aumentar a capacidade de investigação da Polícia Civil.

Um exemplo desse rearranjo foi a transferência da escolta de presos para a Polícia Militar, permitindo aos policiais civis dedicar mais tempo às investigações.

Nos últimos quatro anos, a secretaria contratou 24.475 policiais, entre militares (20.928), civis (3.054) e técnico-científicos (493) - mas nenhum delegado foi admitido nos quadros da pasta.

Até o momento, há nove concursos em andamento, com 6.376 vagas abertas, sendo que 1.951 delas são destinadas para policiais civis, 4.318 para policiais militares e 107 para policiais técnico-científicos.

Novamente, porém, não há vagas para delegados.

BOM DIA

Delegados de São Paulo anunciam greve geral para abril Entidade afirma que o clima está tenso na categoria. Paralisação no próximo mês é certa se não houver uma proposta de reajuste de salários

Juca Guimarães Agência BOM DIA

Com o segundo menor piso salarial do país, à frente apenas do Pará, os delegados da Polícia Civil do Estado de São Paulo estão descontentes.

A categoria está disposta a entrar em greve geral a partir do próximo mês, caso o governo estadual não apresente uma proposta de reajuste.

"As negociações não andam. Sem uma sinalização clara de aumento até o fim da semana, a greve é certa. Infelizmente é a população que vai pagar o pato", diz Marilda Pinheiro, presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil do Estado de São Paulo (Adpesp).

O salário inicial de um delegado paulista é 58,8% menor que o pago no Distrito Federal para a mesma função.

O holerite desnutrido dos delegados motiva o abandono da carreira em São Paulo. Dos 194 delegados aprovados no concurso de 2009, 31 já pediram exoneração para atuar em outros estados.

A remuneração dos 3.196 delegados de São Paulo é definida de acordo com a classe, que vai da 4 (iniciantes) até a Classe Especial (experientes e promovidos por mérito).

Elite

A demora para evoluir na carreira também é uma reclamação da Associação dos Delegados. "Está tudo muito engessado. A maioria dos delegados fica estagnada na 3e 2 classes sem esperança de crescer no quadro da Polícia Civil", diz Marilda.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, a promoção dos delegados a partir da 3 classe é dividida em dois critérios. Por mérito, quando há o indicação do diretor de Polícia Civil, a aprovação do nome pelo Conselho da Polícia Civil, a confirmação do delegado geral e, em seguida, do governador. Em qualquer uma dessas fases, a promoção pode ser vetada. O segundo critério é a idade e o tempo de serviço. Até a 1 classe, metade das promoções é por idade e a outra metade, por mérito.

Para chegar a classe especial, com remuneração acima de R\$ 7.500, só existe a promoção por mérito e só é aberta uma vaga quando um outro delegado especial se aposenta. A idade da aposentadoria compulsória é de 70 anos. Se um delegado chega a Classe Especial com 55 anos, essa vaga só será aberta após 15 anos.

Ao todo, são 130 delegados que recebem o teto salarial. "É quase impossível chegar à Classe Especial pelas regras atuais. Quase nunca tem vaga", diz Marilda.

O ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo: Policiais paulistas migram por salários

Por Aloísio de Toledo César - O Estado de S.Paulo

Agrava-se no Estado de São Paulo o clima de desânimo na Polícia Civil, sobretudo entre delegados de polícia, em decorrência dos vencimentos e das condições de trabalho inferiores em relação aos congêneres de outros Estados e da própria Polícia Federal.

O resultado dessa atmosfera pessimista pode ser medido pela crescente migração de policiais paulistas, aprovados em concurso, para trabalhar nos outros Estados, onde os vencimentos são bem maiores. Não são só os delegados que se inclinam pela migração: também escrivães e investigadores fazem o mesmo.

O risco deste fenômeno é a perda de cérebros e de profissionais experientes numa área bastante sensível da vida de todos nós. Neste momento, por exemplo, 18 mil advogados de todo o Brasil estão inscritos no concurso em realização pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para o preenchimento de aproximadamente 100 vagas de juiz, com vencimentos iniciais em torno de R\$ 17 mil.

Esse enorme interesse dos advogados pela magistratura paulista, que permite a seleção de pessoas qualificadas, decorre, é claro, de vencimentos atraentes e das condições de trabalho. Mas com a Polícia Civil paulista, em especial relativamente aos delegados de polícia, ocorre o contrário.

Com a realização do último concurso em São Paulo, foram aprovados 180 novos delegados de polícia, porém, entre eles, 31 já se exoneraram do cargo para atuar em outros Estados, que remuneram mais adequadamente a atividade.

Não só os novos delegados de polícia, mas também os mais antigos na carreira, passaram a se inscrever em concursos programados nos outros Estados do País e deixam entrever que a migração, lamentavelmente, terá continuidade.

As consequências se refletem diretamente no policiamento e na segurança do mais populoso e mais rico Estado brasileiro. Basta ver, por exemplo, que 31% dos municípios paulistas se encontram sem delegados, ou seja, com as delegacias vazias ou ocupadas tão somente um ou dois

dias por semana por algum delegado que acumula o encargo sem nenhuma vantagem pessoal.

O mais preocupante é que o preenchimento das vagas de delegado e de outros policiais civis, decorrentes dessas migrações e das aposentadorias naturais, demora no mínimo dois anos. Se um delegado ou escrivão migra ou se aposenta, não há substituto e a função que vinha exercendo permanecerá em aberto, num cenário que se agrava, sem a menor perspectiva de solução.

Mais grave de tudo é que os vencimentos dos delegados paulistas, com o líquido abaixo de R\$ 4 mil, fazem com que muitos deles se sintam humilhados e desprestigiados, uma vez que continuam a ser os salários mais baixos do País. A circunstância de o Estado mais rico pagar o pior salário é vista como afronta e como desprezo à atividade, como se ela tivesse reduzida importância.

Em verdade, aqui já se disse isto e é a pura verdade: mesmo Estados de reconhecida pobreza, como Maranhão e Piauí, remuneram seus delegados com importâncias bem mais elevadas. Isso para não falar da Polícia Federal, em que os delegados recebem aproximadamente R\$ 17 mil por mês no início de carreira, para o exercício de atividades similares.

Sem nenhuma dúvida, viu-se que a elevação dos vencimentos federais a esse patamar conferiu nova dimensão àquela polícia, que se mostra muito mais eficaz, embora com o grave comportamento de muitas vezes preferir o espetáculo e a aparição na mídia.

A corrupção de que se tem notícia em muitas delegacias de polícia no Estado de São Paulo não se justifica em hipótese alguma, mas, sem dúvida, os baixos vencimentos ajudam a compreender por que ela ocorre. Os policiais civis, além do risco de vida, convivem no combate ao crime com a escória da sociedade, verificando-se muitas vezes ser tênue, bastante tênue, a linha divisória entre uma atividade e a outra. Aí mora a tentação do abismo.

É evidente que a população do Estado de São Paulo deseja e merece

uma polícia muitas vezes melhor. Mas, em virtude das frequentes notícias envolvendo a reputação de policiais civis, os esforços para a melhoria de condições de trabalho e de vencimentos esbarram em dificuldades políticas difíceis de superar.

Uma das principais reivindicações dos delegados de polícia, por exemplo, é a aprovação de um projeto de reestruturação da carreira que tramita pela Assembleia Legislativa do Estado há mais de dez anos sem nenhuma solução. O projeto, se aprovado, reduziria de 14 para 7 as carreiras policiais, criando o ambiente profissional melhor que a classe deseja.

Os delegados, no entanto, têm uma lamentável fragilidade associativa. Não conseguem se unir e dirigir esforços no mesmo sentido, de tal forma que esbarram sempre em dificuldades políticas e em ambições pessoais dentro da carreira.

Nos dias presentes, cresce o clima de tensão da Polícia Civil em relação ao Palácio dos Bandeirantes, tendo em vista a frustração pós-eleitoral de expectativas. Entre os delegados, não há esperança de que o novo governo pretenda constituir uma Polícia Civil melhor e que a aparelhe mais adequadamente. Pelo andar da carruagem, dizem, as prioridades não os alcançam e se refletirão progressivamente na segurança de cada um de nós.

A falta de diálogo cria um clima quase de antagonismo dos delegados em relação ao governador, dando a entender que, se assim se mantiverem as coisas, novos e lamentáveis incidentes poderão se repetir, como a greve de 59 dias em 2008, que levou a um conflito entre policiais civis com militares, bem próximo ao Palácio.

ALOÍSIO DE TOLEDO CÉSAR
DESEMBARGADOR APOSENTADO
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE SÃO PAULO.

E-MAIL:
ALOISIO.PARANA@GMAIL.COM

